

PROPOSTAS - EIXO 4

NACIONAIS

JUSTIÇA CLIMÁTICA, MEIO AMBIENTE E DH

Enfrentamento das mudanças climáticas e do racismo ambiental e proteção de deslocados e deslocadas climáticas:

1. Reduzir impactos ambientais e promoção da equidade climática.
(VOTUPORANGA)
2. Criação de um plano de adaptações climáticas assegurando moradia digna e segura, acesso à educação ambiental comunitária com a participação social integrando os ODS em todos os territórios. (CUBATÃO)
3. Mapeamento e escuta das famílias em situação de remoção, com a implementação da participação popular, para a redução de problemas sociais.
(GUARUJÁ)
4. Aplicar de imediato a Política Nacional sobre Mudança do Clima e Alterações Climáticas, incorporando a perspectiva de justiça climática, justiça social e direitos humanos em suas diretrizes, por meio da destinação de recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e outros mecanismos federais e internacionais, para apoiar projetos de adaptação urbana, habitação digna e saneamento básico, economia solidária, resíduos sólidos e segurança alimentar, estabelecendo critérios de justiça socioambiental nos repasses federais e aprimorando o marco legal nacional para reconhecer o direito a um meio ambiente saudável como direito humano fundamental expresso na Constituição. (SÃO PAULO)
5. Desenvolvimento de um Protocolo Nacional de Proteção à Pessoa Idosa em Desastres, visando garantir segurança, acolhimento e atendimento prioritário a idosos em contextos de emergências climáticas, enchentes, incêndios e deslocamentos forçados, com base em diretrizes da Defesa Civil e do SUS.
(CAMPINAS)
6. Retirar critério de nacionalidade para concessão de visto humanitário, considerando deslocados ambientais. (CONDEPE)
7. Criar status migratório específico para pessoas deslocadas por eventos climáticos. (CONDEPE)
8. Capacitar agentes públicos e diplomáticos sobre questões ambientais, climáticas e humanitárias. (CONDEPE)

Garantia dos Direitos dos Povos indígenas, Quilombolas, Ribeirinhos e Comunidades Tradicionais:

9. Criar um programa estadual e nacional de garantia de direito dos povos indígenas, Quilombolas, ribeirinhos, e comunidades tradicionais incluindo o direito à Terra, água, ao território, e meio ambiente limpo e saudável e sustentável, fortalecimento dos saberes das valorizações da conscientização sobre consumo responsável e coleta seletiva. (CUBATÃO)

Direito à terra, à água, ao território e ao meio ambiente:

10. Implementar as políticas de reuso de água e prevenção de perdas no fornecimento de água, em conjunto com a ampliação das políticas de saneamento básico. (GUARUJÁ)

Meio ambiente limpo, saudável e sustentável:

11. Garantir uma transição energética justa, ampliando o uso de fontes renováveis e sustentáveis. Assegurar os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, com proteção territorial e cultural. (ITAIM PAULISTA)
12. Promover o desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental, com foco na preservação dos recursos naturais. (ITAIM PAULISTA).
13. Promover o desenvolvimento sustentável com apoio a projetos locais de reciclagem, economia circular e educação ambiental. (ITAIM PAULISTA)
14. Promover o desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental, com foco na preservação dos recursos naturais. (ITAIM PAULISTA)
15. Investir em energias renováveis (solar, eólica, biomassa) com subsídios e capacitação profissional para a transição energética justa. Proteger terra, água e meio ambiente com fiscalização efetiva, saneamento básico e planejamento urbano sustentável. (ITAIM PAULISTA)

Promoção da agroecologia e da agricultura familiar:

16. Promover agroecologia e agricultura familiar com aproveitamento dos conhecimentos da comunidade. (CUBATÃO)
17. Incentivo às brigadas populares. Maior incentivo à estrutura de trabalho dos bombeiros. (CAMPINAS)
18. Incentivar a agroecologia e a agricultura familiar, com apoio técnico e acesso a mercados. (ITAIM PAULISTA)

ESTADUAIS

JUSTIÇA CLIMÁTICA, MEIO AMBIENTE E DH

Enfrentamento das mudanças climáticas e do racismo ambiental e proteção de deslocados e deslocadas climáticas:

19. Reduzir impactos ambientais e promoção da equidade climática (Votuporanga)
20. Criação de um plano de adaptações climáticas assegurando moradia digna e segura, acesso à educação ambiental comunitária com a participação social integrando os ODS em todos os territórios (Cubatão)
21. Mapeamento e escuta das famílias em situação de remoção, com a implementação da participação popular, para a redução de problemas sociais (Guarujá).
22. Fortalecer o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, assegurando a integração das Políticas Climáticas com Direitos Humanos e Saúde Pública, com a criação de um Fundo Estadual de Justiça Climática para financiar projetos de adaptação, mitigação e inclusão social em áreas vulneráveis, e do desenvolvimento de planos de saúde climática voltados à prevenção e resposta a ondas de calor, enchentes e doenças relacionadas às mudanças climáticas (São Paulo).
23. Cobrar a Secretaria Estadual de Educação para a inserção dos temas "Justiça Climática" e "Direitos Humanos" nos currículos escolares, para criar um senso crítico, práticas sustentáveis e capacitação dos professores, sendo um tema transversal em todas as áreas do conhecimento (Bauru).
24. Criação de um plano de transição energética justa, que assegure alternativas de trabalho e renda para trabalhadores de setores dependentes de combustíveis fósseis e indústrias altamente poluentes, além do incentivo científico para que essa transição ocorra de forma justa (Bauru).
25. Desenvolver programas educativos em escolas públicas sobre mudanças climáticas, higiene ambiental e preparação para eventos extremos (São Paulo- Sapopemba).
26. Estabelecer protocolos de relocação e mitigação para vítimas de desastres climáticos, assegurando moradia próxima a vínculos sociais, culturais e econômicos (São Paulo- Sapopemba).
27. Desenvolvimento de um Protocolo Nacional de Proteção à Pessoa Idosa em Desastres, visando garantir segurança, acolhimento e atendimento prioritário a idosos em contextos de emergências climáticas, enchentes,

- incêndios e deslocamentos forçados, com base em diretrizes da Defesa Civil e do SUS (Campinas).
28. Incluir o cânhamo industrial e a cannabis medicinal como culturas prioritárias em programas de adaptação climática e agroecologia (Campinas).
 29. Apoiar projetos comunitários de cultivo de cannabis como política pública de reparação ambiental e desenvolvimento local (Campinas).
 30. Apoiar o uso da cannabis em estratégias de transição ecológica, especialmente em territórios impactados por degradação ambiental ou crise climática (Campinas).
 31. Incluir o cânhamo industrial e a cannabis medicinal como culturas prioritárias em programas de adaptação climática e agroecologia (Campinas).
 32. Apoiar o uso da cannabis em estratégias de transição ecológica, especialmente em territórios impactados por degradação ambiental ou crise climática (Campinas).
 33. Criar planos municipais de prevenção a enchentes e desastres, com obras de drenagem e reflorestamento de áreas de risco (Campinas).
 34. Enfrentar as mudanças climáticas com políticas de prevenção a enchentes, secas e desastres ambientais. Inclusão da justiça climática como princípio orientador das políticas de direitos humanos (Campinas).
 35. Retirar critério de nacionalidade para concessão de visto humanitário, considerando deslocados ambientais (Condepe).
 36. Criar status migratório específico para pessoas deslocadas por eventos climáticos (Condepe).
 37. Capacitar agentes públicos e diplomáticos sobre questões ambientais, climáticas e humanitárias (Condepe).

Garantia dos Direitos dos Povos indígenas, Quilombolas, Ribeirinhos e Comunidades Tradicionais:

38. Criar um programa estadual e nacional de garantia de direito dos povos indígenas, Quilombolas, ribeirinhos, e comunidades tradicionais incluindo o direito à Terra, água, ao território, e meio ambiente limpo e saudável e sustentável, fortalecimento dos saberes das valorizações da conscientização sobre consumo responsável e coleta seletiva (Cubatão).
39. Realizar mapeamento participativo de risco ambiental em territórios vulneráveis.
40. Implementar políticas de proteção territorial e regularização fundiária para quilombolas e comunidades tradicionais (São Paulo- Sapopemba).
41. Criar cartilha de conscientização sobre o meio ambiente destinado às casas de religião de matriz africana (São Vicente).

42. Criação de um Programa de Ação Integrada de Enfrentamento ao Racismo Ambiental, com foco na mitigação de desastres, apoio psicológico e material às famílias afetadas, e investimento em infraestrutura resiliente e sustentável. Instalar Núcleos de Apoio Psicossocial e Ambiental em regiões periféricas. Implementar sistemas comunitários de alerta e resposta a desastres. Garantir plano de drenagem urbana e reurbanização de áreas de risco (Rosa dos Ventos).

Direito à terra, à água, ao território e ao meio ambiente:

43. Implementar as políticas de reuso de água e prevenção de perdas no fornecimento de água, em conjunto com a ampliação das políticas de saneamento básico (Guarujá).
44. Proibir o plantio de eucalipto no estado em proporção maior que 30% da propriedade, aplicando multa e penalização para quem descumprir a lei, além de preservar as áreas de recarga de nascentes e aquíferos (Bauru).
45. Garantir o tratamento de esgoto e a universalização do saneamento básico em todo o território brasileiro (Bauru).
46. Assegurar os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, com proteção territorial e cultural (São Paulo- Itaim Paulista).
47. Garantir os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais com demarcação de terras e proteção contra invasões (São Paulo- Itaim Paulista).
48. Assegurar os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, com proteção territorial e cultural (São Paulo- Itaim Paulista).

Meio ambiente limpo, saudável e sustentável:

49. Criação de programa social que abranja as 3 esferas de governo, que visa implantar ações por parte da própria população, a qual, separando adequadamente os resíduos utilizados, os levaria aos locais apropriados para que fossem devidamente descartados. Essa ação geraria uma espécie de benefício, o qual consistiria no desconto do IPTU (Bauru).
50. Criar uma legislação específica que obrigue as empresas a colocarem informações dos impactos ambientais, incluindo os animais, nos rótulos dos produtos (Bauru).
51. Implantar políticas públicas de logística reversa para as empresas que produzem plásticos, onde haja ações de curto, médio e longo prazo, com a penalização a não obediência da retirada e destino destes produtos e com multas, com a criação de um fundo de justiça climática para o investimento de comunidades mais vulneráveis. A médio prazo deverá estipular um período de adaptação para as empresas apresentarem plano de

- substituição do plástico com novas tecnologias para se ter um ambiente limpo, saudável e sustentável (Bauru).
52. Garantir uma transição energética justa, ampliando o uso de fontes renováveis e sustentáveis. Assegurar os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, com proteção territorial e cultural (São Paulo- Itaim Paulista).
 53. Promover o desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental, com foco na preservação dos recursos naturais (São Paulo- Itaim Paulista).
 54. Promover o desenvolvimento sustentável com apoio a projetos locais de reciclagem, economia circular e educação ambiental (São Paulo- Itaim Paulista).
 55. Promover o desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental, com foco na preservação dos recursos naturais (São Paulo- Itaim Paulista).
 56. Investir em energias renováveis (solar, eólica, biomassa) com subsídios e capacitação profissional para a transição energética justa. Proteger terra, água e meio ambiente com fiscalização efetiva, saneamento básico e planejamento urbano sustentável (São Paulo- Itaim Paulista).

Promoção da agroecologia e da agricultura familiar:

57. Promover agroecologia e agricultura familiar com aproveitamento dos conhecimentos da comunidade (Cubatão).
58. Instituir integração dos saberes da comunidade, aproveitando o conhecimento de idosos nas atividades do programa escola integral em tempo integral gerando sustentabilidade, saúde e segurança alimentar (Cubatão).
59. Trabalhar o currículo escolar voltado para a educação ambiental (Cubatão).
60. Realizar concursos ou processos seletivos, priorizando profissionais técnicos qualificados (Francisco Morato).
61. Criar linhas de financiamento à agroecologia e agricultura familiar, priorizando comunidades tradicionais e assentamentos (São Paulo- Sapopemba).
62. Fortalecer a agroecologia e a agricultura familiar por meio de políticas públicas que garantam assistência técnica, acesso à crédito facilitado, além de valorizar os saberes tradicionais (São Vicente).
63. Incentivar a agroecologia e agricultura familiar com crédito facilitado, assistência técnica e compra pública de alimentos (São Paulo- Itaim Paulista).
64. Incentivar a agroecologia e a agricultura familiar, com apoio técnico e acesso a mercados (São Paulo- Itaim Paulista).

MUNICIPAIS

JUSTIÇA CLIMÁTICA, MEIO AMBIENTE E DH

Enfrentamento das mudanças climáticas e do racismo ambiental e proteção de deslocados e deslocadas climáticas:

65. Reduzir impactos ambientais e promoção da equidade climática (VOTUPORANGA)
66. Criação de um plano de adaptações climáticas assegurando moradia digna e segura, acesso à educação ambiental comunitária com a participação social integrando os ODS em todos os territórios. (CUBATÃO)
67. Ampliar a infraestrutura verde e a drenagem urbana em áreas vulneráveis de enchentes e deslizamentos, assegurando reassentamento digno e participação das comunidades atingidas nos processos de decisão, bem como instituir programas permanentes de educação climática e ambiental com enfoque em direitos humanos, integrados à rede municipal de ensino e às políticas de cidadania, com aplicação imediata. (SÃO PAULO)
68. Realizar mapeamento participativo de risco ambiental em territórios vulneráveis. (SAPOPEMBA)
69. Estabelecer protocolos de relocação e mitigação para vítimas de desastres climáticos, assegurando moradia próxima a vínculos sociais, culturais e econômicos. (SAPOPEMBA)
70. Apoiar o uso da cannabis em estratégias de transição ecológica, especialmente em territórios impactados por degradação ambiental ou crise climática. (CAMPINAS)
71. Incluir o cânhamo industrial e a cannabis medicinal como culturas prioritárias em programas de adaptação climática e agroecologia. (CAMPINAS)
72. Desenvolvimento de um Protocolo Nacional de Proteção à Pessoa Idosa em Desastres, visando garantir segurança, acolhimento e atendimento prioritário a idosos em contextos de emergências climáticas, enchentes, incêndios e deslocamentos forçados, com base em diretrizes da Defesa Civil e do SUS. (CAMPINAS)
73. Promover o desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental, com foco na preservação dos recursos naturais. (ITAIM PAULISTA)
74. Enfrentar as mudanças climáticas com políticas de prevenção a enchentes, secas e desastres ambientais. (ITAIM PAULISTA)
75. Assegurar os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, com proteção territorial e cultural. (ITAIM PAULISTA)
76. Incentivar a agroecologia e a agricultura familiar, com apoio técnico e acesso a mercados. (ITAIM PAULISTA)

77. Garantir uma transição energética justa, ampliando o uso de fontes renováveis e sustentáveis. Assegurar os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, com proteção territorial e cultural. (ITAIM PAULISTA)
78. Criação de um Programa de Ação Integrada de Enfrentamento ao Racismo Ambiental, com foco na mitigação de desastres, apoio psicológico e material às famílias afetadas, e investimento em infraestrutura resiliente e sustentável. Instalar Núcleos de Apoio Psicossocial e Ambiental em regiões periféricas. Implementar sistemas comunitários de alerta e resposta a desastres. Garantir plano de drenagem urbana e reurbanização de áreas de risco. (ROSA DOS VENTOS)

Garantia dos Direitos dos Povos indígenas, Quilombolas, Ribeirinhos e Comunidades Tradicionais:

79. Implementar políticas de proteção territorial e regularização fundiária para quilombolas e comunidades
80. tradicionais. (SAPOPEMBA).

Direito à terra, à água, ao território e ao meio ambiente:

81. Reativação do horto municipal e revitalização de praças públicas. (VOTUPORANGA)
82. Preservação das áreas verdes do nosso território, pois no momento de emergência climática que vivenciamos, é inconcebível que a Prefeitura de São Paulo aprove e execute um projeto que prevê o desmatamento de 63 mil árvores para a instalação de um incinerador em nosso território. (SÃO MATEUS)
83. Desenvolver programas educativos em escolas públicas sobre mudanças climáticas, higiene ambiental e preparação para eventos extremos. (SAPOPEMBA)

Meio ambiente limpo, saudável e sustentável:

Sem propostas

Promoção da agroecologia e da agricultura familiar:

84. Regularização fundiária no território do Iguatemi, em especial nas regiões da Terceira Divisão, Recanto Verde do Sol, Jardim Limoeiro I e II. (IGUATEMI)
85. Criar políticas públicas permanentes para o desuso de plásticos nos órgãos públicos e empresas privadas, optando pela substituição do uso de galões de água, copos e demais embalagens plásticas. (TABOÃO DA SERRA)
86. Criar mecanismos de publicização de legislações e serviços municipais voltadas à preservação ambiental e de sustentabilidade. (TABOÃO DA SERRA)

87. Criar linhas de financiamento à agroecologia e agricultura familiar, priorizando comunidades tradicionais e assentamentos. (SAPOPEMBA)
88. Incluir o cânhamo industrial e a cannabis medicinal como culturas prioritárias em programas de adaptação climática e agroecologia. (CAMPINAS)
89. Apoiar projetos comunitários de cultivo de cannabis como política pública de reparação ambiental e desenvolvimento local. (CAMPINAS)